

DAY4165	SAO PAULO	23	12/12/2008	15:42	4A5930431	ROD CASTELO BRANCO KM 25	951,00
CVT4064	SAO PAULO	23	12/12/2008	09:40	4A5901441	R BENTO DE ABREU 40	951,00
BOJ7980	SAO PAULO	23	12/12/2008	13:55	4A5890951	AV ZAKI NARCHI 1636	951,00
BXG2198	PIQUEROBI	23	12/12/2008	09:50	4A5897841	ROD SP 425 KM 437	951,00
BTO8996	ADAMANTINA	23	12/12/2008	15:30	4A5897851	ROD SP 294 KM 607	951,00
BUP4540	S B DO CAMPO	23	12/12/2008	11:15	4A5932681	VIA ANCHIETA KM 20 NORTE	951,00
CNI4948	ARARAS	23	12/12/2008	11:38	4A5885891	ROD SP 253 KM 179	951,00
JNW9675	SAO PAULO	23	13/12/2008	14:00	4A5948201	AV BANDEIRANTES 4848	951,00
CGL9863	SAO PAULO	23	13/12/2008	14:10	4A5948211	AV BANDEIRANTES 4848	951,00
CLT2125	SAO PAULO	23	13/12/2008	14:40	4A5948241	AV BANDEIRANTES 4848	951,00
DBV9397	SAO PAULO	23	13/12/2008	14:31	4A5947211	PRACA DA REPUBLICA 473	951,00
BRD7132	SAO PAULO	23	13/12/2008	15:36	4A5947221	AV R P MAGALHAES 9700	951,00
CMF7273	SAO PAULO	23	13/12/2008	15:37	4A5947231	AV R P MAGALHAES 9700	951,00
DJE4106	SAO PAULO	23	13/12/2008	11:58	4A5934571	PRAÇA JACOMO ZANELLA	951,00
CBL5120	SAO PAULO	23	13/12/2008	12:20	4A5934581	R DA Balsa 270	951,00
DIP6132	SAO PAULO	23	13/12/2008	12:24	4A5934591	PONTE DA FREGUESIA DO O	1.902,00
DHP1822	EMBU	23	13/12/2008	12:30	4A5934601	AV MARQUES SAO VICENTE 995	951,00
JYC0155	SAO PAULO	23	13/12/2008	10:40	4A5935451	ROD RAPOSO TAVARES KM 22	951,00
BXG3959	S PARNAIBA	23	13/12/2008	13:10	4A5845631	ROD CASTELO BRANCO KM 22	951,00
CLJ7099	OSASCO	23	13/12/2008	10:30	4A5935461	ROD RAPOSO TAVARES KM 13	951,00
CXO2370	OSASCO	23	13/12/2008	14:20	4A5948221	AV BANDEIRANTES 4848	951,00
CYB6938	OSASCO	23	13/12/2008	14:30	4A5948231	AV BANDEIRANTES 4848	951,00

Total de Autuações: 125

FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Portaria FF/DE - 21, de 6-4-2009

A Diretoria Executiva da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo,

Considerando o Disposto nos Decretos nº. 48.897, e nº 48.898, ambos de 27/08/2004 que tratam sobre Arquivos Públicos, Documentos e Sua Gestão, Planos de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo, resolve:

Artigo 1º - Alterar a Composição dos Integrantes da Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo-C.A.D.A., da Fundação Florestal, com o objetivo de atender ao disposto nos decretos citados.

Artigo 2º - A Comissão que trata o Item 1, passa a ser composta pelos seguintes integrantes:

Pela Diretoria Executiva - Sr. Oscar Pascarelli Netto, RG N.8.180.854-C.I.

Sra. Marilene Posa Gonzales, RG N. 19.476.097-7- A.J. Pela Diretoria Administrativa e Financeira - Sra. Maria Aparecida de Oliveira, RG N. 8.486.025 e Sra. Cecilia Correa, RG N. 12.919.063

Pela Diretoria de Operações - Sra. Sueli Duarte, Rg. N. 12.838.886 e Sra. Adriana Neves da Silva, RG nº 9.547.010

Pela Diretoria de Assistência Técnica - Sra. Sílvia Helena Marques, Rg. N. 5.303.786-8.

Artigo 3º - a presente portaria revoga as disposições em contrário, especialmente a Portaria FF. 074/2008, e entra em vigor nesta data.

Extrato de Contrato

Proc. 708/09 - Pedido de Compras nº 14/09.

Contratante: Fundação Florestal. - Contratada: Stefano Comercial Ltda. ME

Objeto: (Item) Descrição Qtde: Qtde.: VI. Unit. Unitário; Total Total:

Objeto: (001) Fio telefônico do tipo externo, modelo FEB-65 Qtde: 6: VI. Unit. R\$ 96,20; Total R\$ 577,20; Total Geral R\$ 577,20. - Data da Assinatura: 1/4/2009.

Procuradoria Geral do Estado

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Resolução PGE - 24, de 6-4-2009

O Procurador Geral do Estado, considerando o disposto no artigo 1º da Resolução PGE nº 23, de 31 de março de 2009, resolve:

Artigo 1º - Designar o Procurador do Estado Assistente, Dr. Renato Kenji Higa, RG nº 11.216.372, para exercer a função de Coordenador da Coordenadoria das Autarquias, nos termos da Resolução PGE nº 23, de 31-03-2009.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2009.

CENTRO DE ESTUDOS

Comunicado

O Procurador do Estado Chefe do Centro de Estudos comunica que estão abertas 10 vagas aos Procuradores do Estado da Procuradoria Geral do Estado para o Curso Principais Questionamentos Jurídicos sobre Licitações e Contratos Administrativos (Estudo e Casos Práticos), promovido pela Lex Editora S/A, conforme programação abaixo:

Dia: 5 de maio de 2009

Horário: das 8h30 às 17h30

Local: Centro de Treinamento Lex

Av. Paulista, 1337 - 23º andar - São Paulo, SP. (ao lado do Ed. da Fiesp)

Expositor: Ricardo Ribas da Costa Berloff

Carga horária: 8 horas

Programa:

01- Conceitos Básicos Iniciais

01- Legislação: visão geral e aplicabilidade

02 - Conceito de licitação

03 - Princípios da licitação

- a aplicabilidade dos princípios pelos tribunais

04 - Finalidade da licitação

05 - Fases da licitação: interna e externa

06 - Competências para prática dos atos da licitação

- o questionamento das competências em sede judicial

07 - Comissões de licitação

- responsabilidades legais dos membros

- a responsabilidade legal do pregoeiro

08 - Tipos de licitação

09 - Empresas em consórcio

10 - Licitação deserta e fracassada

11 - Vedações à participação na licitação

12 - Casos práticos (jurisprudência administrativa e judiciária)

02. Fase Preparatória da Licitação

01 - Modalidades de licitação

- cuidados na escolha da modalidade

- fracionamento de despesas (entendimento dos tribunais)

02 - Audiência pública

03 - Conteúdo do instrumento convocatório

- cláusulas obrigatórias

04 - A questão da indicação de marcas, características / especificações exclusivas

- decisões TCU pertinentes

05 - Execução das fases da licitação: habilitação, classificação, julgamento, adjudicação, homologação

06 - Proposta inexequível / exequível (entendimento dos tribunais)

07 - Empate de propostas

08 - Anulação e revogação da licitação

09 - Sanções administrativas e penais

- meios de aplicação da pena

- meios de defesa

10 - Divulgação do instrumento convocatório

11 - Contagem de prazo

12 - Casos práticos (jurisprudência administrativa e judiciária)

03. Contratação Direta sem Licitação (Implicações da Lei Complementar 123/2006 nas Licitações)

1 - Dispensa de licitação

- conceito, análise das principais hipóteses, procedimento

- necessidade do visto jurídico sobre os procedimentos

2 - Inexigibilidade de licitação

- conceito, procedimento, análise das hipóteses

- casos de inexigibilidade que podem ser contratados por outros meios, qual a melhor contratação do ponto de vista jurídico

3 - Fases do procedimento nas contratações diretas por dispensa ou inexigibilidade

4 - Comentários aos artigos 42 a 49 da Lei complementar 123/2006

- análise dos pontos relevantes / controversos

5- Comentários ao decreto Federal 6.204, de 05 de setembro de 2007

- peculiaridades habilitação

- a regularidade fiscal

- direito de preferência x direito público

- novo procedimento e novidades relevantes

- casos de não aplicação da LC 123/06

6 - Casos práticos (jurisprudência administrativa e judiciária)

04. Recursos Administrativos, Impugnações ao Edital

1 - Direito de petição

2 - Impugnação ao edital

3 - Espécies de recursos: recursos hierárquicos, representação, pedido de reconsideração

4 - De quais decisões da administração pública pode-se recorrer

5 - Peculiaridades dos recursos na licitação

- quem pode recorrer

- pressupostos de admissibilidade do recurso

06 - Efeitos dos recursos

07 - Decisão final dos recursos e efeitos

08 - Preclusão administrativa

09 - Interposição de recurso no pregão

- efeitos dos recursos no pregão

- decisão final dos recursos no pregão e seus efeitos

- prazos dos recursos no pregão

10 - Instrução da petição

11 - Intimação

12 - Concessão de vista

13 - Prazos recursais

14 - Vias judiciais: mandado de segurança e ação popular

15 - Casos práticos (jurisprudência administrativa e judiciária)

05. O Pregão Presencial e Eletrônico

01 - Características do pregão

02 - O termo bens e serviços comuns

03 - A questão do pregão presencial para serviços de engenharia

04 - Análise detalhada da fase interna do pregão

05 - O Pregoeiro: atribuições, perfil, requisitos, prerrogativas, responsabilidade

06 - Peculiaridades do edital de pregão presencial

07 - Análise detalhada da fase externa: publicação do edital, credenciamento, sessão do pregão (incluindo negociação), fase recursal, adjudicação e homologação

08 - A questão da exigência de amostra no pregão presencial

09 - Penalidades no pregão

10 - Vedações no pregão

11 - Assinatura do contrato no pregão e problemas no momento da assinatura

12 - O pregão eletrônico

- a obrigatoriedade do pregão - análise

- credenciamento

- autoridade competente: quem é e atribuições

- análise detalhada da fase interna do pregão eletrônico

- o edital do pregão eletrônico - peculiaridades

- análise detalhada da fase externa: publicação do edital, credenciamento, envio da declaração de habilitação, envio das propostas, sessão do pregão (incluindo negociação), fase recursal, adjudicação e homologação

- impugnação ao edital e esclarecimentos

- consequências da desconexão do sistema - desconexão do licitante, do pregoeiro e sistema inativo

- penalidades no pregão eletrônico

13 - Casos práticos (jurisprudência administrativa e judiciária)

06. Contratos administrativos e sua gestão

1 - Conceito e características do contrato administrativo

2 - Diferença entre contrato e convênio

3 - Pressupostos necessários para celebração dos contratos - capacidade das partes

- idoneidade do objeto a ser contratado

- legitimação para celebrar o acordo

- identificação e respeito a função social do contrato

4 - Aplicação da lei de licitações aos contratos administrativos

- elementos predecessores dos contratos administrativos

- formalização da contratação

- cláusulas essenciais dos contratos administrativos

- cláusulas facultativas (recomendadas) a serem incluídas na minuta contratual

5 - Execução, inexecução e revisão do contrato administrativo

- execução do contrato

- duração dos contratos administrativos

- inexecução do contrato

- teoria da imprevisão, fato do príncipe, caso fortuito, força maior

- responsabilidade pela inexecução

- revisão do contrato

- rescisão do contrato

6 - Casos práticos (jurisprudência administrativa e judiciária)

Tendo em vista o teor da matéria, poderão se inscrever, preferencialmente, os Procuradores do Estado da Procuradoria Geral do Estado que atuam na área de Consultoria, mediante autorização do chefe da respectiva Unidade, até o dia 17 de abril do corrente ano, junto ao Serviço de Aperfeiçoamento, das 9h às 15h, pessoalmente ou por fax (0xx11) 3286-7030, mediante termo de requerimento, conforme modelo em anexo.

Caso não ocorra o seu preenchimento pelos referidos Servidores, as vagas restantes serão distribuídas entre os Procuradores do Estado da Procuradoria Geral do Estado interessados. No caso do número de interessados superar o número de vagas disponível, será procedida a escolha por sorteio no dia 17 de abril, às 15h, no auditório do Centro de Estudos.

Os Procuradores do Estado da Procuradoria Geral do Estado, se for o caso, receberão diárias e reembolso das despesas de transporte terrestre, nos termos da resolução PGE 59, de 31.01.2001 e Decreto 48.292, de 02.12.2003.

Serão conferidos certificados a quem registrar presença.

Anexo I

Senhor Procurador do Estado Chefe do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado

_____, Procurador/a do Estado da Procuradoria Geral do Estado em exercício na

_____, Telefone _____,

e-mail _____, vem respeitosamente à

presença de Vossa Senhoria solicitar a inscrição no Curso Principais Questionamentos Jurídicos sobre Licitações e Contratos Administrativos (Estudo e Casos Práticos), no dia 07 de maio de 2009, das 8h30 às 17h30, no Centro de Treinamento Lex, localizado na Av. Paulista, 1337 - 23º andar - São Paulo, SP. (ao lado do Ed. da Fiesp), promovido pela Lex Editora S/A, com apoio do Centro de Estudos da PGE., comprometendo-se a comprovar, no prazo de 15 dias úteis, a participação no evento com apresentação de certificado, sob pena de ter de reembolsar a quantia de R\$ 354,00, paga à Instituição, por sua inscrição

_____, de 2009.

Assinatura: _____

De acordo da Chefia da Unidade:

Comunicado

O Procurador do Estado Chefe do Centro de Estudos comunica que estão abertas 5 vagas aos Procuradores do Estado da Procuradoria Geral do Estado para o Curso Dívida Tributária - Execução Fiscal e Defesa do Devedor, promovido pela Lex Editora S/A, conforme programação abaixo:

Dia: 17 de abril de 2009

Horário: das 8h30 às 17h30

Local: Centro de Treinamento Lex

Av. Paulista, 1337 - 23º andar - São Paulo, SP. (ao lado do Ed. da Fiesp)

Expositor: Odmir Fernandes

Carga horária: 8 horas

Programa:

01. Processo administrativo tributário - noções gerais

02. Dívida ativa - CDA - ação de execução

03. Exceção de pré-executividade

04. Prescrição e decadência

05. Garantia da execução

06. Penhora on line, dinheiro e faturamento

07. Responsabilidade dos sócios e diretores

08. Indisponibilidade universal de bens

09. Depositário: Leilão. Arrematação. Entrega de bens/dinheiro

10. Ações conexas e recursos

Tendo em vista o teor da matéria, poderão se inscrever, preferencialmente, os Procuradores do Estado da Procuradoria Geral do Estado que atuam na área fiscal, mediante autorização do chefe da respectiva Unidade, até o dia 09 de abril do corrente ano, junto ao Serviço de Aperfeiçoamento, das 9h às 15h, pessoalmente ou por fax (0xx11) 3286-7030, mediante termo de requerimento, conforme modelo em anexo.

Caso não ocorra o seu preenchimento pelos referidos Servidores, as vagas restantes serão distribuídas entre os Procuradores do Estado da Procuradoria Geral do Estado interessados. No caso do número de interessados superar o número de vagas disponível, será procedida a escolha por sorteio no dia 09 de abril, às 15h, no auditório do Centro de Estudos.

Os Procuradores do Estado da Procuradoria Geral do Estado, se for o caso, receberão diárias e reembolso das despesas de transporte terrestre, nos termos da resolução PGE nº 59, de 31.01.2001 e Decreto nº 48.292, de 02